

R E V I S T A
CFN

**Conselho
Federal de
Nutricionistas**

ISSN 1982-2057 / Número 47
Ano XII - Outubro/Dezembro - 2015



Pacto do Bem,
a corrente pela alimentação
saudável e adequada.

#DesafioCFN

**Publicação do Conselho
Federal de Nutricionistas.
Periodicidade: Quadrimestral.**

SRTVS Qd. 701, Ed. Assis Chateaubriand, Bloco II,
Sala 406 Brasília-DF
CEP: 70340-906
Site: www.cfn.org.br
E-mail: cfn@cfn.org.br
Tel.: (61) 3225.6027

Presidente
Élido Bonomo (CRN-9/0230)

Vice-presidente
Albaneide Maria Lima Peixinho (CRN-1/0205)

Secretária
Nina da Costa Corrêa (CRN-3/0055)

Tesoureira
Nelcy Ferreira da Silva (CRN-4/81100373)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO (CF)
Ana Jeanette Ferreira Lopes de Haro (CRN-10/0761)
Juracema Ana Daltoé (CRN-2/1839)
Maria Adelaide Wanderley Rego (CRN-6/0483)
Nádia Alinne Fernandes Corrêa (CRN-7/1188)
Nelcy Ferreira da Silva (CRN-4/81100373)
Nina da Costa Corrêa (CRN-3/0055) Coordenadora
Sandra Regina Melchionna e Silva (CRN-2/1043)

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL (CEP)
Albaneide Maria Lima Peixinho (CRN-1/0205)
Gilcécio Gonçalves de Almeida (CRN-5/2087)
Juracema Ana Daltoé (CRN-2/1839)
Maria Adelaide Wanderley Rego (CRN-6/0483) Coordenadora
Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu (CRN-1/3044)
Rosana Maria Nogueira (CRN-3/2530)
Sandra Regina Melchionna e Silva (CRN-2/1043)

COMISSÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CFP)
Anete Rissin (CRN-6/0544)
Élido Bonomo (CRN-9/0230)
Juracema Ana Daltoé (CRN-2/1839)
Leida Reny Borges Bressane (CRN-7/0397) Coordenadora
Nelcy Ferreira da Silva (CRN-4/81100373)
Raul von der Heyde (CRN-8/0555)
Rita de Cássia Coelho de Almeida Akutsu (CRN-1/3044)
Rosana Maria Nogueira (CRN-3/2530)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO (CCOM)
Ana Jeanette Ferreira Lopes de Haro (CRN-10/0761)
Anete Rissin (CRN-6/0544)
Leida Reny Borges Bressane (CRN-7/0397)
Liane Quintanilha Simões (CRN-4/85100075) Coordenadora
Regina Rodrigues de Oliveira (CRN-9/0901)
Sônia Regina Barbosa (CRN-8/0079)

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (CTC)
Gilcécio Gonçalves de Almeida (CRN-5/2087)
Liane Quintanilha Simões (CRN-4/85100075)
Nádia Alinne Fernandes Corrêa (CRN-7/1188)
Raul von der Heyde (CRN-8/0555)
Regina Rodrigues de Oliveira (CRN-9/0901)
Sônia Regina Barbosa (CRN-8/0079) Coordenadora

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Raul von der Heyde (CRN-8/0555)
Rita França da Silva
Débora Pereira dos Santos
Elaine dos Santos Estrela Guedes

Edição
Socorro Aquino (3956/DF)

Redação
Rafael Ortega (1846/GO)
Ady Vieira – Estagiária

Fotos
Arquivo CFN, Shutterstock,

Diagramação
Duo Design – Comunicação

EDITORIAL	3
AÇÕES DO CFN	4
15ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE	11
5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	14
ENTREVISTA - NUTRICIONISTA SÔNIA LUCENA	16
CAPA - PACTO DO BEM PELA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA	19
CRN EM AÇÃO	21
XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO	24

Revista CFN/Conselho Federal de Nutricionistas – Ano XII, n. 47
(OUTUBRO/DEZEMBRO, 2015) – Brasília: CFN, 2000

v.: il. Color.; 30cm.

Quadrimestral.
ISSN 1982–2057

1. Nutrição. 2. Alimentação. I. Conselho Federal de
Nutricionistas. II. Título

CDU 612.3(05)

**As opiniões nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos
autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento do CFN.
Os eventos aqui divulgados são de inteira responsabilidade
de seus promotores.**

Pacto do Bem, a corrente pela alimentação saudável e adequada

O CFN aderiu ao Pacto Nacional para Alimentação Saudável (Decreto nº 8.553/2015), que tem como finalidade ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira. Para o conselho, é importante reforçar iniciativas que promovam a saúde da população e, portanto, convida nutricionistas e técnicos em Nutrição e Dietética (TND) a se engajarem nessa causa como profissionais capacitados para promover a mudança de hábitos alimentares das pessoas.

Em defesa do pacto, que prioriza as especificidades regionais, culturais e socioeconômicas e as necessidades alimentares especiais da população, o CFN criou o *Pacto do Bem, a corrente pela alimentação saudável e adequada*, convidando as pessoas a adotarem, em 2016, uma mudança de hábito que contribua para o consumo saudável e adequado de alimentos. É muito simples participar! Basta publicar um vídeo ou uma foto nas redes sociais com a *hashtag* **#DesafioCFN** respondendo à seguinte pergunta: “O que você melhora na sua alimentação?”

Com a resposta, você marca seus amigos, desafiando-os a levar essa corrente para todo o Brasil. O propósito é incentivar a reflexão sobre saúde e qualidade de vida; reforçar a importância do consumo de alimentos livres de agrotóxicos e sem ingredientes transgênicos; evitar o consumo de alimentos ultraprocessados e processados, e outros.

A corrente Pacto do Bem reforça o compromisso dos nutricionistas e TND com a saúde da população e a qualidade de vida. Esses profissionais estão atentos às especificidades de cada indivíduo e reforçam a importância do consumo adequado e consciente de alimentos.

O CFN também promove uma campanha em defesa da amamentação como primeiro passo para a alimentação saudável e adequada. Recentemente, outro decreto normatizou o uso apropriado e estabeleceu orientações



Élide Bonomo
Presidente do CFN

para a comercialização e publicidade de produtos direcionados às crianças de até três anos.

Essas ações são instrumentos que reafirmam nosso compromisso público com a promoção da saúde da população. Neste início de ano precisamos reforçar a importância da nutrição e do nosso papel social nas mudanças de hábitos alimentares, para combater doenças crônicas não transmissíveis, especialmente a obesidade. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), publicados em janeiro último, o número de crianças abaixo de cinco anos com sobrepeso tem tendência de aumentar de 42 milhões para 70 milhões na próxima década. Ainda, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reafirma este alerta e sugere a inclusão da nutrição no currículo escolar e padrões rígidos de qualidade nas cantinas escolares, dentre outras ações para a promoção da alimentação saudável.

Por tudo isso é que promovemos campanhas e ações em defesa da alimentação adequada e saudável. Acreditamos que a valorização dos nutricionistas deve ser reafirmada sempre, principalmente em políticas públicas, pois onde tem nutricionista tem compromisso com a alimentação saudável, a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar.

Forte abraço

Élide Bonomo
Presidente do CFN

Segurança alimentar e nutricional

No dia 10 de dezembro, o presidente e a conselheira do CFN, Élido Bonomo e Regina Rodrigues, participaram de audiência com o deputado federal Padre João (PT/MG) para discutir matérias relacionadas a projetos de lei que envolvem o conselho e seu papel na defesa do interesse público. O deputado é presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, assunto também tratado no encontro, especialmente a proposta de plano de trabalho para 2016.



CFN defende agenda de segurança alimentar e nutricional da Câmara dos Deputados

Em defesa dos profissionais da Saúde

Em 11 de dezembro, o CFN, representado pelo conselheiro federal Raul von der Heyde e pelo coordenador da Unidade Técnica, Antônio Augusto, participou de reunião com o secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/Ministério da Educação), Marcelo Machado Feres, e o Fórum dos Conselhos Federais da

Área da Saúde (FCFAS), para discutir o Projeto de Lei nº. 2.245/2007, que regulamenta a profissão de tecnólogo. Esse projeto interfere diretamente nas atribuições das profissões regulamentadas, pois dentre outras competências dá ao tecnólogo o direito de exercer a responsabilidade técnica, de forma ampla e irrestrita, em empresas; a

ter inscrição e ser fiscalizado pelos conselhos profissionais já constituídos. O secretário conheceu os argumentos das profissões da Saúde regulamentadas e marcou nova reunião para 26 de fevereiro de 2016, para consolidar uma proposta de projeto de lei que atenda aos interesses dos trabalhadores e usuários da Saúde.

Nutricionistas RT do PAT

Em reunião com o secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTE), Paulo Sérgio

de Almeida, em 4 de dezembro, o presidente e a conselheira do CFN, Élido Bonomo e Juracema Ana Daltoé, juntamente com o coordenador

da Unidade Técnica do conselho, Antônio Augusto, discutiram medidas a serem adotadas no Programa de Alimentação do Trabalhador

(PAT), como a implementação de ações para uma alimentação saudável e adequada dos trabalhadores, dentro do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o CFN e o Ministério. Este acordo foi estabelecido em 2006, para viabilizar a atuação do nutricionista no PAT como Responsável Técnico (RT).

O CFN também reivindicou que o MTE disponibilize o banco de dados com as empresas fornecedoras e beneficiárias do programa e seus respectivos nutricionistas responsáveis técnicos. O propósito é facilitar a desvinculação do nutricionista RT das empresas e a maior participação do CFN nas discus-

sões das normas regulamentadoras do PAT.

Nova reunião para discutir esses assuntos será realizada no início de 2016, em data a ser marcada, com o CFN e os ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho.

Fiscalização: Sistema debate orientações para a atuação dos fiscais

Nos dias 19 e 20 de outubro, o CFN sediou a 4ª reunião de coordenadores do setor de Fiscalização do Sistema CFN/CRN, que discutiu temas como as propostas de padronização da documentação utilizada na ação fiscal, apresentadas pelos CRN. O evento reuniu coordenadores do setor de Fiscalização dos dez Conselhos Regionais de Nutricionistas, que trocaram experiências sobre as ações desenvolvidas nos estados para promover o exercício ético e legal da profissão, em benefício da saúde da população.

Dando sequência às atividades da fiscalização, no dia 21 de outubro, aconteceu o Encontro Nacional de Fiscalização 2015, com presidentes dos CRN, coordenadores das Comissões de Fiscalização e do Setor de Fiscalização do Sistema CFN/CRN. Na pauta, dentre outros temas, o alinhamento jurídico das ações da fiscalização, os avanços e os desafios da alimentação escolar.

Esses eventos antecederam a IV Jornada de Atualização Técnica de Fiscais realizada de 25 a 27 de novembro, em São Paulo, com os fiscais dos CRN que atuam na fiscalização do exercício profissional dos nutricionistas, técnicos em Nutrição e Dietética (TND) e de empresas de alimentação e nutrição. Na jornada os participantes trocaram experiência e definiram as principais formas de unificar a atuação, passo fundamental para o fortalecimento do setor. A abertura dos trabalhos da jornada foi realizada pelo presidente do CFN, Élide Bonomo.

ORIENTAÇÃO - A ação fiscal no Sistema CFN/CRN é norteada pela Política Nacional de Fiscalização (PNF), sempre adequada à realidade da categoria, desmistificando a imagem do passado de que a fiscalização dos conselhos é coercitiva e punitiva. Os fiscais do Sistema atuam para orientar o nutricionista e o TND no exercício da profissão e nas atividades relacio-



Coordenadores das Unidades de Fiscalização do Sistema definem estratégias para fortalecimento do exercício profissional.



nadas com alimentação e nutrição. Isso possibilita que esses profissionais prestem assistência nutricional e alimentar adequada. Também atuam na fiscalização e orientação das empresas de alimentação.

E para organizar e padronizar a forma de atuação dos fiscais, os setores de fiscalização do sistema se reúnem com frequência para discutir diretrizes, alinhamento e o planejamento de suas atividades, sempre pautados pela PNF. Esta política foi instituída a partir da

necessidade de se estabelecer uma unidade de procedimentos que caracterizassem a ação fiscalizatória do sistema, respeitando as particularidades das diversas regiões.

2016 - A Comissão de Fiscalização do CFN realizou reunião nos dias 26 e 27 de janeiro deste ano, para desenvolver as atividades da ação fiscal de acordo com o Planejamento Estratégico Situacional proposto para 2016. Também analisou os principais encaminha-



Assessores de tecnologia da informação também participaram do evento para discutir a informatização do setor.

mentos aprovados na IV Jornada de Atualização Técnica dos Fiscais do Sistema CFN/CRN.

Encontro nacional debate diretrizes para fortalecimento da formação

Em Brasília/DF, nos dias 25 e 26 de setembro de 2015, o Sistema CFN/CRN promoveu o II Encontro Nacional de Formação Profissional (II ENFP). O debate foi conduzido pelo tema central do encontro: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, desafios e possibilidades.

As discussões retomaram alguns assuntos do I Encontro Nacional de Formação Profissional, realizado em 2013, e da Oficina de Formação Profissional, promovida durante o XXIII Congresso Brasileiro de Nutrição, em 2014. No II ENFP, os coordenadores de curso de Nutrição foram convidados para contribuir com a discussão e aprofundar a temática central, visando uma melhor compreensão do cenário que desponta para a atual formação dos profissionais da saúde.

Nas discussões foram privilegiados aspectos fundamentais para o desenvolvimento das competências dos nutricionistas, como a necessidade da inovação das práticas pedagógicas, a formação dos profissionais para a docência e a responsabilidade institucional. Foi apontado como imprescindível o investimento na formação pedagógica do docente e a incorporação dessas inovações no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

CURRÍCULO - A importância da integração dos componentes curriculares inter e intra curso, envolvidas na formação do nutricionista, o reconhecimento dos diferentes saberes para a compreensão do conceito ampliado de saúde, bem como as práticas interdisciplinares como eixo integrador, também foram destaques nas reuniões dos grupos e no debate.

As políticas públicas foram consideradas como incentivadoras de ações para atingir a interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Bons exemplos citados são os Programas de Residência Multiprofissional, de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-saúde) e o Pró-Saúde, além da reorientação da formação que integre ensino-pesquisa-extensão e ensino-serviço-comunidade (clínica/ambulatorio). O encontro revelou que a adoção das metodologias ativas como ferramentas, promove a interdisciplinaridade, desde que seja operacionalizada de forma adequada. Outro destaque nas discussões foi a necessidade de fortalecer o apoio institucional para a implementação das inovações nas práticas pedagógicas e a formação continuada dos docentes. Nas discussões, os participantes



At maios nient exerferum quis eium alita ent.
Busa videlescil maximus estem sequam quundunt.

se posicionaram contra o ensino de graduação em Nutrição a distância em forma integral.

Participaram do II ENFP representantes de Instituições de Educação Superior (IES); coordenadores de cursos de Nutrição; docentes com atividades ligadas à coordenação de curso;

representantes do Sistema CFN/CRN, da Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição; dos ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Associação Brasileira de Nutrição-ASBRAN, da Associação Brasileira de Educação

em Nutrição - ABENUT; da Federação Nacional dos Nutricionistas; do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Secretarias Municipais de Saúde.

O documento final do II Encontro está disponível em <http://www.cfn.org.br/index.php/oficinas-debater-curriculo-metodologia-e-projeto-pedagogico/>. O próximo evento da Comissão de Formação Profissional do CFN será no XXIV Congresso Brasileiro de Nutrição (Conbran), que será realizado de 26 a 29 de outubro de 2016, em Porto Alegre (RS).

NUTRIÇÃO

Dados de junho de 2015, pelo sistema e-MEC do Ministério da Educação revelam a existência de 455 cursos de graduação em Nutrição, sendo 70 de instituições públicas, 376 privados (83%) e as demais especiais (2%).

Avaliação dos cursos de Nutrição

A partir de 1996, com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o processo de ampliação de cursos tem sido crescente e concentrado no setor privado, muito embora a partir de 2003 tenha ocorrido uma ligeira expansão do número de cursos e vagas nas instituições públicas de ensino superior.

Diante desse cenário, o CFN criou a Comissão de Avaliadores, com o objetivo de colaborar com a Secretaria de Educação Superior (SESu/Ministério da Educação)

através do subsídio técnico para a autorização, reconhecimento ou renovação de todos os cursos de Nutrição do Brasil. A comissão, composta por especialistas na docência e coordenação de curso, realizou em dezembro sua 22ª Reunião totalizando até o final de 2015 a avaliação de 34 cursos em autorização, 14 em reconhecimento e 3 em renovação. De 2012 a 2015, a comissão se pronunciou sobre a avaliação de 54 cursos em autorização, 50 em reconhecimento e 22 em renovação.

HISTÓRIA - No Brasil, a regulamentação da profissão de nutricionista foi sancionada pela Lei nº 5.276/67, revogada pela Lei nº 8.234, em vigor. Na década de 1970, dois destaques relacionados à profissionalização do nutricionista merecem ser reconhecidos: a fixação, pelo Conselho Federal de Educação (CFE/1974), da carga horária total de 2.880 horas a ser integralizada em quatro anos; e a aprovação da Lei nº 6.583/78, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas (CRN).

Saúde não é mercadoria

O CFN apresentou petição junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) apoiando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 5239, de 2015, impetrada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), afirmando a inconstitucionalidade da participação de empresas e capitais estrangeiros na assistência à saúde pública.

A Constituição prevê que “é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País”, ressalvando os casos a serem “previstos em lei” (CF, art. 199, § 3º). No entanto, a Lei nº 13.097, de 2015, ao dar nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.080, de 1990 – Lei do SUS – permite a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estran-

geiro na assistência à saúde, reduzindo a nada as exceções.

O CFN tem se posicionado contra a liberação da participação de empresas e capitais estrangeiros porque saúde não é mercadoria. A assistência à saúde deve ser feita prioritariamente pelo Estado, com a participação da iniciativa privada, inclusive de empresas e capitais estrangeiros, de forma controlada, e não deliberada e sem controle; é o que defende o conselho.

Entidades de nutricionistas defendem qualidade da formação

O Fórum Nacional de Entidades de Nutricionistas (FNEN) tem incentivado os projetos pedagógicos dos cursos de Nutrição do País e busca, junto às instâncias governamentais, a implementação

das Políticas de Alimentação e Nutrição, inclusive, com a contratação de profissionais para a regularização dos parâmetros numéricos. O FNEN também está intensificando as ações para garantir a inserção dos nutricao-

nistas no mercado de trabalho, com condições dignas e éticas essenciais para o pleno exercício profissional. Tais decisões foram aprovadas em reunião realizada nos dias 27 e 28 de novembro, em São Paulo.

O QUE É O FÓRUM?

O FNEN é constituído pela Associação Brasileira de Educação em Nutrição (Abenut), Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), (Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição (ENEN), Federação Interestadual dos Nutricionistas dos Estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco e São Paulo (Febran) e Federação Nacional de Nutricionistas (FNN). Foi criado para articular e promover ações para fortalecer os nutricionistas, desde a formação à atuação profissional, sempre visando o benefício da sociedade.

As principais pautas norteadoras das ações do Fórum são: construção de uma agenda política conjunta para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); formação de qualidade, intensificando a competência política para uma atuação profissional socialmente responsável; e a criação de uma rede permanente de comunicação local, regional e nacional entre as entidades de Nutrição e dessas com os diferentes setores da sociedade.



O filósofo Leonardo Agostini expõe as diferenças entre os códigos de ética e de conduta.

Ética em pauta: Sistema CFN/CRN reforça elaboração do novo código da categoria

Uma programação extensa e que deu margem a amplas discussões compôs o teor do II Seminário Nacional para a Construção do Novo Código de Ética dos Nutricionistas, realizado em Brasília, em 3 e 4 de dezembro de 2015. Foram três palestras e três momentos para a realização de oficinas, além da apresentação de trabalhos em grupo. Após a abertura com o presidente do CFN, Élido Bonomo, os membros da Comissão Especial do Código de Ética dos Nutricio-

nistas (Cecet/CFN) e das Cecets dos CRN falaram sobre o processo de construção do novo código e participaram de dois encontros com o professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e consultor da Cecet/CFN, Leonardo Agostini. Um deles sobre a diferença entre código de ética e código de conduta e o outro, contextualizando as ações a respeito do papel da Comissão de Ética. (veja box)

INTEGRAÇÃO – Toda oficina tem o propósito de compartilhar experiências e unir esforços em busca de objetivos comuns. Foi o que se viu, no primeiro dia do seminário, quando da construção dos princípios fundamentais para dar suporte à primeira versão do documento. Na sequência, os membros das Cecets se juntaram em mais uma oficina para discutir a elaboração de artigos do novo código a partir de temáticas centrais. Ao final de cada uma delas, os participantes puderam expor as suas sugestões de maneira colaborativa.

O FILÓSOFO EXPLICA:

UM CÓDIGO DE ÉTICA OU DE CONDUTA?

“A intenção é debater questões centrais relacionadas à fundamentação do agir humano. Parte-se da explicitação etimológica dos conceitos de ‘moral’ e ‘ética’ e analisam-se algumas das teorias éticas presentes na história da humanidade, como deontologismo, utilitarismo, contratualismo, emotivismo, subjetivismo, implicações da relação entre ética e religião. Discute-se: 1) aspectos sociais, históricos, políticos, culturais e geográficos de casos que envolvam discussões éticas; 2) se o mais adequado para a categoria é um código de ética ou um código de conduta; 3) as implicações relacionadas à elaboração e adoção desse código; 4) que movimentos são necessários para a ‘migração’ de um código de conduta para um código de ética”.

O PAPEL DA COMISSÃO DE ÉTICA: CONTEXTUALIZANDO AS AÇÕES

“Qual é e qual deveria ser o papel de uma Comissão de Ética? Que formações a comissão faz, para si mesma, a fim de melhor orientar a categoria? O seu papel central é orientar e/ou punir? De que forma a comissão planeja, orienta e atua no Sistema CFN/CRN com a sociedade e os nutricionistas, estudantes de Nutrição, professores, fiscais, responsáveis por ações de formação permanente? Qual é a concepção de ser humano que embasa as decisões éticas da comissão? De que forma poderia ser aprimorada a integração das Cecets com o Sistema CFN/CRN? A ideia é identificar outras responsabilidades que estão além das funções de orientar, instruir processos, emitir pareceres e propor normas”.

O CAMINHAR DO NOVO CÓDIGO DE ÉTICA:

- Premissa: política de construção coletiva;
- Criação das Cecets Nacional e Regionais - 2014;
- Conbran 2014 – Oficina temática e enquête em estande do CFN;
- 1ª consulta online à categoria – Código de Ética: usos e sugestões;
- Fóruns Regionais:
 - *Discussão sobre aspectos éticos – teóricos e práticos*
 - *Qual o perfil do nutricionista que temos? E o perfil do nutricionista que queremos?*
- Seminário Nacional para a Construção do Novo Código de Ética dos Nutricionistas – novembro/2014:
 - *Fundamentos legais e operacionais;*
 - *Diálogo sobre os eventos regionais e objetivos de reflexão e consulta esperados;*
 - *Apresentação de resultados da escuta no Conbran e dados preliminares da 1ª consulta online;*
 - *Apresentação de proposta de trabalho para 2015/2016;*
- *Estratégias de mobilização.*
- Estudo de teorias éticas;
- 2ª consulta online à categoria – Escolha de dez valores necessários para alcançar o perfil do nutricionista que queremos;
- Reuniões Cecets Regionais: identificação de valores e estruturação de princípios fundamentais;
- Reuniões Cecet Nacional:
 - *Estudos e discussões teóricas e práticas sobre ética;*
 - *Planejamento das escutas a categoria;*
 - *Planejamento de atividades para as Cecets Regionais;*
 - *Sistematização e análise dos resultados das escutas;*
 - *Análise qualitativa dos relatórios das Cecets Regionais.*
- II Seminário Nacional para a Construção do Novo Código de Ética dos Nutricionistas – novembro/2015:

PRÓXIMOS PASSOS:

- Consulta pública;
- Lançamento do Novo Código de Ética – 2016/2017;
- Caderno de Reflexões sobre o Código de Ética;
- Fórum com Instituições de Ensino Superior (IES): transversalidade da ética na formação;
- Fórum com profissionais: diálogos e aproximação com o novo código

ESTRUTURA:

- Preâmbulo
- Valores e Princípios Fundamentais
- Direitos e deveres
- Cadernos suplementares de reflexão

Conferência de Saúde reforça importância da segurança alimentar e nutricional

A 15ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada de 1 a 4 de dezembro, em Brasília, contou com a participação de cerca de 3 mil delegados e convidados envolvendo, num total, aproximadamente 1 milhão de pessoas nas conferências municipais, estaduais e distrital. A conferência nacional teve como tema “Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”, dividido em oito eixos temáticos: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade; Participação Social; Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde; Financiamento do SUS e Relação Público-Privado; Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde; Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS; Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS, e Reformas Democráticas e Populares do Estado.



PROPOSIÇÕES – Para as etapas que antecederam a 15ª CNS, o CFN defendeu várias ações, estratégias e diretrizes dentro dos eixos temáticos. As conferências municipais e estaduais construíram o Documento Orientador da etapa

nacional. Esta edição, inovou ao criar a possibilidade de as pessoas acompanharem e monitorarem a execução do que foi aprovado, garantindo ainda mais transparência ao processo aos longos dos próximos anos.

O CFN APRESENTOU VÁRIAS PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A DEBATE NA 15ª CNS.

ALGUMAS FORAM APROVADAS, TAIS COMO:

- Estruturar políticas que considerem a territorialidade e regionalidade para o acesso à saúde, conforme o Decreto nº 7.508/2011, de forma integral, humanizada, de qualidade, articulado com outras políticas como: reforma urbana e rural, segurança pública, transporte, acesso à terra, saneamento básico, segurança alimentar e nutricional, de forma a impactar na melhoria da qualidade de vida da população.
- Garantir o cumprimento da legislação sobre uso e manipulação dos agrotóxicos na zona urbana, estabelecendo um limite de 1.000 metros de distância das cidades, e proteger as nascentes de águas em todos os âmbitos.
- Implantar a Política de Redução de Uso de Agrotóxicos nas lavouras. Incluir no protocolo de classificação de risco a doença anemia falciforme como prioridade.

O CFN APRESENTOU VÁRIAS PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A DEBATE NA 15ª CNS.
ALGUMAS FORAM APROVADAS, TAIS COMO:

- Garantir a qualidade de vida e valorização do trabalhador(a) com a redução de carga horária para 30hs semanais.
- Garantir e Ampliar o financiamento para: saúde mental, álcool e drogas, assistência farmacêutica e revisão da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Renome), Estratégia de Saúde da Família (ESF), programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), práticas integrativas, NASF, Tele saúde, Saúde Bucal, Programa Academia da Cidade, Unidades de Pronto Atendimento, Hospital de Pequeno Porte, Hospital Médio Porte, Centro de Especialidade em Odontologia Sala de Estabilização.
- Implementar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com a implantação dos Centros de Referência Especializadas em Saúde do Trabalhador (Cerest) nas regiões de saúde, qualificando as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Vigilância Ambiental, garantindo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados ao trabalhador e trabalhadora, sempre que requeridos e assegurando acompanhamento médico ambulatorial, realização de exames e acesso a especialistas (ortopedista, psiquiatra, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional), a presença de médicos do trabalho e peritos nos espaços laborais, bem como a atenção e acompanhamento psicológico a todos os trabalhadores e as trabalhadoras no seu local de trabalho, garantindo um ambiente seguro e direitos como pagamento de adicional de insalubridade.
- Implementar a Política Nacional de SAN e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, contrapondo-se ao uso dos organismos geneticamente modificados e à desregulamentação da utilização de agrotóxicos no país, além de incentivar a produção e distribuição de alimentos orgânicos no país.
- Ampliar e fortalecer o direito à saúde e garantia de acesso aos usuários do SUS, articulando de forma intersetorial com outras políticas: educação (mudança no currículo escolar), assistência social, reforma urbana, segurança, transporte e mobilidade, regularização fundiária, saneamento básico e água, segurança alimentar e nutricional, agroecologia e produção orgânica, dentre outras, na perspectiva de qualidade de vida com sustentabilidade, respeitando a territorialidade e a regionalização da saúde.
- Garantir e ampliar, pelo Fundo Nacional de Saúde, o financiamento de custeio das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e dos serviços de média e alta complexidade nos municípios, garantir o financiamento e aumentar os valores de repasse e custeio, pela União e pelos estados, para as redes de urgência e emergência e rede de atenção psicossocial com a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial, CAPS AD e CAPS III (24h), de forma regionalizada em todo território brasileiro e estabelecer a ampliação de recursos para as Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal, NASF, Consultórios na Rua, Academia da Saúde e Assistência Farmacêutica.
- Garantir a ampliação e cobertura da ESF com Fortalecimento dos NASF; equipes multidisciplinares completas, com garantia de financiamento de concurso público; incentivo das Residências Multiprofissionais em Saúde e egressos das residências, além de promover e fortalecer a execução das diretrizes da Política Nacional do Humaniza-SUS nas diversas Redes de Atenção à Saúde.
- Implementar o Decreto nº 6.286/2007 nas políticas de informação e comunicação do SUS, articulando diretrizes da educação com ênfase nos temas: educação sexual, orientação na prevenção do uso de álcool e drogas, orientação ambiental, alimentação saudável e outros.

OUTRAS PROPOSTAS APROVADAS RELACIONADAS À NUTRIÇÃO:

- Garantir que a implantação das equipes de NASF, em atenção à Portaria nº 3.124/2012, mantenha a expansão na proporção de 1 (uma) equipe NASF para cada 5 (cinco) a 9 (nove) equipes de ESF, com os compromissos de matricular e qualificar o processo de trabalho, a assistência e o fortalecimento à vigilância de saúde, em especial os cuidados paliativos, na prevenção da mortalidade materno infantil, na reabilitação e no cuidado de doenças crônicas não transmissíveis.
- Buscar formação/capacitação e fiscalização para o melhor controle no uso de agrotóxicos.
- Reconhecer os Agentes de Endemias, Agente de Saneamento Ambiental Rural, Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento como categorias profissionais e garantir a inserção de novos profissionais nas equipes de saúde da família
Exemplo: profissionais de Educação Física, assistente social, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta, farmacêutico e terapeutas ocupacionais. Estabelecer critérios objetivos para ocupação de cargos de gestão em órgãos públicos com formação na área específica, a fim de evitar a indicação política e outras relações clientelísticas com pessoas que não têm aptidão/competência profissional para o cargo.
- Inserção da disciplina Educação Ambiental e Saúde Coletiva na grade curricular dos níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, promovendo o consumo de alimentos saudáveis orgânicos proposto pelo novo Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, a fim de disseminar, de maneira rápida e eficaz, informações referentes ao SUS.
- Incentivar, ampliar e fomentar pesquisas sobre os benefícios, eficácia e a segurança do uso de plantas medicinais (fitoterápicos), práticas alternativas (homeopatia, acupuntura, massagens, entre outros), medicamentos naturais, cosméticos e alimentos, agregando serviços de atenção farmacêutica, buscando desenvolvimento de inovações tecnológicas com aproveitamento da rica biodiversidade (fauna e flora) que o país possui e incentivando, assim, as equipes de saúde a disseminarem estas práticas, em defesa de uma política de preservação do ambiente e manejo sustentável dos recursos naturais.

Confira o conjunto das propostas aprovadas em

www.conselho.saude.gov.br

ELEIÇÃO – O Conselho Nacional de Saúde realizou, também em dezembro, a eleição para a escolha de seus membros para a gestão 2015/2018. O CFN e a Associação Brasileira de Nutrição foram eleitos titulares do CNS. Até 2015, a Asbran ocupou a vaga de suplente, agora passou a representar o segmento de associações científicas. Já o CFN compõe o segmento dos trabalhadores em saúde. Neste processo eleitoral foram inscritas 161 entidades e movimentos sociais, sendo 108 entidades e movimentos sociais nacionais de usuários do SUS, 9 entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde e 44 entidades nacionais de profissionais de saúde. Foram habilitados 77 entidades e movimentos sociais nacionais de usuários do SUS, 5 entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde e 38 entidades nacionais de profissionais de saúde. Segundo a Comissão Eleitoral, o número de inscrições desta eleição superou as 114 inscrições do último processo eleitoral.

5ª Conferência: Manifesto pela garantia de políticas públicas

A 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), realizada de 3 a 6 de novembro de 2015, em Brasília, apontou preocupação com o andamento das políticas públicas desenvolvidas no País. A carta política, elaborada por gestores, representantes da sociedade civil e delegados eleitos nas conferências regionais sobre o tema, reconhece a importância de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Bolsa Família, mas ressalta que é necessário garantir a manutenção, o aperfeiçoamento e a ampliação das conquistas já alcançadas para os próximos anos.

O documento reforça os desafios que fazem parte da realidade brasileira e destaca a importância de assegurar territórios para a produção de alimentos saudáveis em prol da segurança alimentar e nutricional. De acordo com o documento, apesar das lutas e conquistas com essa finalidade, ainda persistem situações como a elevada concentração fundiária, o crescimento da monocultura, a liberação de transgênicos e o incentivo ao uso de agrotóxicos.

Também defende a soberania alimentar, o direito humano a alimentação adequada e saudável e as dimensões socioculturais

que envolvem SAN. O objetivo defendido pela carta é aproximar a produção e o consumo de alimentos orgânicos; estabelecer pontes entre o meio urbano e rural; valorizar a agrobiodiversidade e a safra regional; promover o respeito às comunidades tradicionais, bem como o resgate das identidades e das culturas alimentares próprias da população brasileira.

DEFESA – Segundo o documento, o cardápio tradicional brasileiro, formado por alimentos *in natura* ou minimamente processados, como arroz, feijão, mandioca, frutas, verduras e legumes típicos das regiões do Brasil, está sendo ameaçado pelo temerário apelo publicitário

aos produtos industrializados e prontos para o consumo, com excesso de sódio, açúcares, gorduras, conservantes, agrotóxicos e transgênicos. O acesso à água é outro ponto de destaque. A carta política alerta para as mudanças climáticas que provocam seca ou enchentes e, conseqüentemente, afetam os sistemas produtivos locais, com impactos diretos no desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Os delegados da 5ª Conferência de SAN levarão as propostas do encontro para serem discutidas nos estados e municípios que representam. Os encaminhamentos vão embasar as ações de governo para os próximos quatro anos.



CARTA POLÍTICA – FRASES

“O modelo do agronegócio, bem como as grandes obras de infraestrutura, oprime a realização do direito humano à alimentação adequada”.

“O Estado brasileiro deve fortalecer seu papel regulador e indutor nas esferas da produção, abastecimento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos”.

“Não abriremos mão de políticas de redução do uso de agrotóxicos e de que seja feito o monitoramento do índice de contaminação por agrotóxicos”.

“As estratégias de educação alimentar e nutricional devem ser ampliadas e favorecer a aproximação das instituições de ensino e pesquisa com a sociedade”.

“O povo não deve arcar com os ônus da crise econômica. Assim, não iremos aceitar cortes orçamentários que afetem os programas e políticas citados”.



Alimentação saudável e adequada no Brasil e no mundo

Em 2010, a Emenda Constitucional nº 64 reconhece o direito humano à alimentação adequada e saudável. Políticas públicas passam a promover o fortalecimento da agricultura familiar e do controle social, bem como o reconhecimento da diversidade alimentar, a diminuição dos índices de desnutrição, mortalidade infantil e o estímulo ao consumo de alimentos *in natura*.

No ano passado, o Brasil consegue sair do Mapa Mundial da Fome, relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), graças a ações que garantiram à população mais renda e acesso aos alimentos. De acordo com a organização, desde 2012, o País reduziu a 82,1% o número de subalimentados. O documento aponta que menos de 5% da população brasileira está em situação de insegurança alimentar.

Em outubro, a FAO divulga, em Roma, outro relatório, intitulado O Estado da Alimentação e Agricultura – 2015, em que as políticas

de proteção social implementadas no Brasil, desde 2003, são destacadas como oportunidades para superar a fome, a pobreza extrema, melhorar a saúde e a educação das crianças. Entre eles, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo o estudo, o país é o primeiro a desenvolver um programa que alia a compra da produção dos agricultores familiares a uma estratégia de segurança alimentar. O relatório internacional aponta que o êxito é devido ao desenvolvimento e à articulação de propostas estruturantes, como acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural, ações afirmativas de gênero e investimento em transporte, energia e saneamento básico.

Delegações de países africanos, da América Latina e do Caribe são as que mais vêm ao Brasil para conhecer a experiência de erradicação da fome e da pobreza extrema. De 2011 a 2014 foram 345 missões de 92 países, o que totaliza 88% das visitas. Com a vinda das delegações, são firmados acordos de cooperação técnica que ampliam a cooperação Sul-Sul e os esforços para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No mundo, 45 países africanos, 28 latino-americanos e 23 do Leste Europeu e Ásia Central possuem iniciativas semelhantes à experiência brasileira do PAA. O relatório destaca ainda que o número de países que mantêm ações de transferência condicionada de renda, como, por exemplo, o Bolsa Família, aumentou de 27, em 2008, para 63, em 2014. O programa do governo da Índia é o maior do mundo e atende 78 milhões de pessoas. O Brasil vem em segundo, com 49 milhões de pessoas, seguido do México, que beneficia 26 milhões de pessoas.

Atualmente, o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) investem juntos quase R\$ 4 bilhões na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Decreto do Plano Safra 2015/2016 determina aos órgãos da União a aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos recebidos do governo federal na compra de produtos que tenham essa origem. A medida começa a valer a partir deste ano. Um mercado potencial de cerca de R\$ 1 bilhão.

Sônia Lucena

A visão do Conselho Federal de Nutricionistas

A representante do CFN no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Sônia Lucena, levou as propostas institucionais e da categoria para a 5ª Conferência. Para ela, um dos grandes desafios é convencer a população a mudar os seus novos hábitos alimentares, que têm levado a um quadro de adoecimento constante. Entre as conquistas, Sônia aponta a assinatura dos dois decretos que asseguraram o aleitamento materno, reduz a interferência de produtos comerciais na amamentação, orienta a comercialização e a publicidade de produtos para crianças de até três anos e instituiu o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável. “Não se defende o que não se conhece, daí ser imprescindível a leitura desses documentos, que pontuam os anseios da sociedade e a sua compreensão sobre o significado dessa bandeira”, afirma. Em torno de cem nutricionistas participaram da 5ª Conferência. Esse número pode ser maior, já que alguns se inscreveram como professores ou gestores.

Em dezembro, o CFN foi reconduzido como membro efetivo do Consea Nacional.

REVISTA CFN - COMO O CONSELHO PÔDE CONTRIBUIR PARA AS DISCUSSÕES SOBRE OS EIXOS DA 5ª CONFERÊNCIA?

SÔNIA LUCENA - O CFN enviou um conjunto de 57 propostas orientadoras para serem discutidas nas etapas regionais anteriores à conferência. Distribuídas de acordo com três eixos temáticos, as sugestões estavam de acordo com o que o Consea vem discutindo em suas reuniões plenárias, comissões permanentes e em seus grupos de trabalhos, bem como com a pauta dos encontros preparatórios e das conferências municipais e estaduais. Há uma sintonia do conselho com a intervenção e o debate sobre temas relativos à soberania e à segurança alimentar e nutricional. O CFN defendeu, em nome dos nutricionis-

tas, o que é de extrema importância para a população. E a conferência não é espaço exclusivo da categoria, como muitos confundem.

REVISTA CFN - DE QUE FORMA O TRABALHO DA CATEGORIA FOI DECISIVO NA BUSCA PELO ALCANCE DAS PROPOSTAS DOS EIXOS TEMÁTICOS DO EVENTO?

SÔNIA LUCENA - O porte de uma conferência como essa e a existência de várias etapas preparatórias não nos proporcionam a possibilidade de responder a essa pergunta com precisão, a não ser que fosse efetuada uma pesquisa com tal objetivo. Posso garantir, ao menos, que houve oportunidade de os nutricionistas participarem em todas as etapas. O tema da conferência é de interesse da categoria e ele amplia a discussão sobre



A nutricionista Sônia Lucena representa os nutricionistas no Consea.

um grande desafio que temos a enfrentar: convencer a população a mudar os seus novos hábitos alimentares, que têm levado a um quadro de adoecimento constante. É preciso enfrentar a indústria de alimentos e um sistema político que se mostra influenciável ou permeável ao lobby dessas empresas.

REVISTA CFN - COMO OS DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PERCEBERAM O ENGAJAMENTO DOS NUTRICIONISTAS NESSE PROCESSO?

SÔNIA LUCENA - Houve muita chance de participação dos profissionais nas diferentes conferências e encontros temáticos na condição de delegados do poder público, da sociedade civil, convidados e como observadores. Calcula-se que em torno de cem nutricionistas participaram da 5ª Conferência. Esse número pode ser maior, já que alguns se inscreveram como professores ou gestores. Aqueles que fazem parte do Consea tiveram atuação de destaque na conferência, assumindo a coordenação de Conteúdo e Metodologia no evento. É importante ressaltar que o interesse sobre esse tema é de toda a sociedade

brasileira, além dos profissionais da Nutrição.

REVISTA CFN - QUAIS PONDERAÇÕES DA CARTA POLÍTICA DA 5ª CONFERÊNCIA O CFN CONSIDERA FUNDAMENTAIS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS E DA SOBERANIA ALIMENTAR NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS?

SÔNIA LUCENA - A carta política e o Manifesto à Sociedade sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade conseguiram, de forma resumida e primorosa, expressar as discussões e as decisões que foram tomadas na 5ª Conferência. No manifesto, fica difícil apontar quais ponderações são fundamentais, porque todo o seu conteúdo é de interesse para a nossa categoria. A carta, por ser mais densa, nos permite, sem desconsiderar a riqueza de outros conteúdos, enumerar

alguns pontos-chave, pelo menos para acompanhar os avanços e desafios. Não se defende o que não se conhece, daí ser imprescindível a leitura desses documentos, que pontuam os anseios da sociedade e a sua compreensão sobre o significado dessa bandeira.

REVISTA CFN - QUANTO AOS RESULTADOS, O QUE PODE SER CONSIDERADO UM GANHO?

SÔNIA LUCENA - A assinatura do Decreto nº 8.552/2015. O documento regulamenta a Lei 11.265/2006, que assegura o aleitamento materno e reduz a interferência de produtos comerciais na amamentação. Também estabelece orientações para a comercialização e a publicidade de produtos direcionados às crianças de até três anos, como leites artificiais, papinhas industrializadas, mamadeiras e chupetas. Essa era

O QUE É COMIDA DE VERDADE?

- Começa com o aleitamento materno
- Produzida pela agricultura familiar, de base agroecológica
- Prioriza o manejo adequado dos recursos naturais, considerando os princípios da sustentabilidade, os conhecimentos tradicionais e as especificidades da região
- Livre de agrotóxicos, transgênicos, fertilizantes
- É a salvaguarda da vida e do planeta. É saúde, é justiça socioambiental, é direito humano.
- Não mata nem por veneno nem por conflito

Fonte:

* Manifesto da 5ª Conferência de SAN à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade por Direitos e Soberania Alimentar

* Carta Política - Comida de Verdade no Campo e na Cidade; por Direitos e Soberania Alimentar



uma das propostas defendidas pelo CFN. Destaco ainda como ganho a assinatura do Decreto 8.553/2015, que institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Este prevê a promoção do consumo de alimentos adequados e a ampliação das suas condições de oferta para combater o sobrepeso,

a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação.

REVISTA CFN- E UM RETROCESSO?

SÔNIA LUCENA - Considero a ausência de alguns delegados dos poderes públicos municipais, que não conseguiram, junto aos gesto-

res, o pagamento das suas despesas para garantir as suas participações na conferência, o que representa um enorme prejuízo para os debates, as trocas de experiências e a formulação das ponderações constantes da carta política e do manifesto, bem como para a divulgação do que resultou da conferência.

PROPOSTAS APROVADAS PELA 5ª CONFERÊNCIA

- Estabelecer parcerias intersetoriais e multiprofissionais para auxiliar e capacitar produtores rurais a alcançarem mercados de venda;
- Garantir número adequado de nutricionistas e técnicos em Nutrição e Dietética (TND) no acompanhamento e monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf);
- Criar ou ampliar ambientes favoráveis à alimentação saudável, nos locais de trabalho e de lazer, que possibilitem o acesso a alimentos de qualidade e reafirmem a cultura alimentar regional;
- Incluir, na grade curricular das escolas, o aprendizado sobre questões relacionadas à água e SAN;
- Garantir profissionais capacitados para a promoção e a avaliação das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas políticas públicas;
- Regulamentar as práticas de publicidade e comercialização de alimentos não saudáveis em cantinas escolares ou em qualquer outro comércio de alimentos no ambiente escolar;
- Desenvolver legislação acerca da rotulagem dos alimentos, com obrigatoriedade da descrição dos produtos e componentes utilizados no processo de produção e industrialização;
- Manter a identificação da presença de transgênicos/organismos geneticamente modificados (OGM) com o uso do símbolo “T” e informação completa a respeito do que será consumido, desde a origem até o produto final, de fácil compreensão, como nas embalagens de cigarro e medicamentos;
- Regular a propaganda de alimentos, motivando coletividades a consumir produtos agroecológicos;
- Promover a saúde por meio de ações de EAN, referentes à redução do sobrepeso, da obesidade e de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT);
- Implementar e fortalecer os programas de alimentação e nutrição em consonância com o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos (Dez Passos para uma Alimentação Saudável);
- Tornar permanente o incentivo ao processo educativo na comunidade escolar, com a criação da disciplina de EAN, de caráter obrigatório;
- Realizar convênios com instituições de ensino superior e de nível técnico para a formação de profissionais na área de SAN a fim de apoiar a elaboração de políticas públicas;
- Promover o papel da agricultura familiar, camponesa e indígena como um dos elementos estruturantes das estratégias nacionais e regionais de soberania e SAN;
- Envolver-se com os compromissos assumidos na 2ª Conferência Internacional de Nutrição (ICN2), bem como atuar em relação a iniciativas internacionais em curso.



Pacto do Bem: a corrente pela alimentação saudável e adequada

A 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2015, trouxe como saldo positivo a assinatura de dois decretos: os de número 8.552/2015 e 8.553/2015. Este tem como finalidade ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação. Já o primeiro, objetiva proteger a amamentação e regulamentar a comercialização de alimentos para lactantes e crianças de primeira infância (zero a três anos de idade), bem como de produtos de puericultura* correlatos.

Para ressaltar a temática da 5ª Conferência e a importância do teor

do Decreto nº 8.553/2015, também conhecido como Pacto Nacional pela Alimentação Saudável, o CFN lançou campanha na internet que envolveu nutricionistas e técnicos em Nutrição e Dietética numa corrente pela alimentação saudável e adequada, dentro e fora de casa, em qualquer momento ou situação. É o Pacto do Bem, que pretendeu, também, fortalecer atitudes contra a obesidade e as doenças causadas

pela má alimentação. A adesão do conselho ao decreto ratificou o compromisso da categoria sobre o tema.

#DESAFIOCFN - E para reforçar ainda mais essa posição, o CFN convidou as pessoas e esses profissionais a publicarem um vídeo ou uma foto nas redes sociais com a *hashtag* acima, respondendo à seguinte pergunta: “O que você melhoraria na sua alimentação?”. A ação era

*Puericultura:

1 - ciência que reúne todas as noções (fisiologia, higiene, sociologia) suscetíveis de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade;

1.1 - conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas, da gestação até quatro ou cinco anos de idade

< instituto de p. >

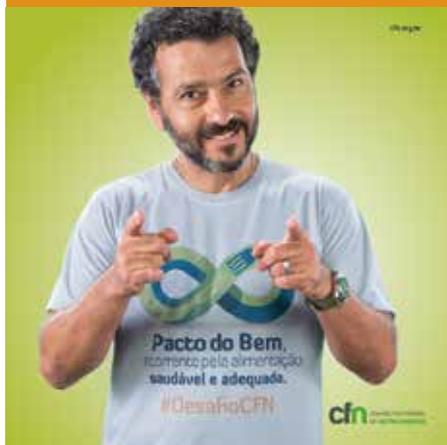
CAPA

complementada com a marcação de amigos, que eram desafiados a participar do Pacto do Bem e a levar essa corrente para todo o Brasil.

O incentivo a reflexão sobre saúde e qualidade de vida, incentivando as pessoas a fazerem novas escolhas a reverem seus alimentares

continua. O CFN mantém o propósito de promover a alimentação saudável e adequada, mostrando a importância do nutricionista nesse contexto.

MARCOS PALMEIRA



O ator que propõe o Pacto do Bem. Uma corrente pela alimentação saudável e adequada, na campanha do CFN, é produtor de alimentos orgânicos, sem uso de agrotóxicos, em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro. Os produtos da fazenda Vale das Palmeiras são encontrados em supermercados e pequenos comércios naturais. Como consultor, presta assistência em projetos de alimentação orgânica espalhados pelo País, entre eles a Produção Agrícola Integrada Sustentável, na aldeia Xavante de São Pedro, Onça Preta e Parinaíba, na Reserva Parabubure, em Mato Grosso.

Em 2003, Marcos Palmeira recebe um pedido de socorro de um cacique Xavante que havia conhecido 20 anos antes. Os índios das aldeias São Pedro e Onça Preta estavam em sérias dificuldades e queriam

conhecer e iniciar o cultivo orgânico de alimentos. Também desejavam divulgar as suas tradições para que as pessoas nas cidades entendessem a importância de manter a cultura de cada povo indígena. Marcos lidera uma expedição composta por amigos de várias áreas de atuação e, em 2004, essa equipe vive, por 15 dias, com os índios xavantes das duas aldeias. Dessa experiência nasce o documentário Expedição A'Uwe - A Volta de Tsiwari, que, quatro anos mais tarde, dá origem à série A'Uwe, veiculada pela TV Cultura. *Fonte: Wikipédia - A enciclopédia livre.

PACTO NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

QUEM PODE PARTICIPAR?

Estados, Distrito Federal, municípios, sociedade civil organizada, organismos internacionais e setor privado.

FOCO:

Especificidades regionais, culturais, socioeconômicas e necessidades alimentares especiais da população.

EIXOS:

- Aumentar a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis, com destaque aos provenientes da agricultura familiar, orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade;

- Reduzir o uso de agrotóxicos e induzir modelos de produção de alimentos agroecológicos;
- Fomentar a educação alimentar e nutricional nos serviços de saúde, de educação e de assistência social;
- Promover hábitos alimentares saudáveis para a população brasileira;
- Reduzir de forma progressiva os teores de açúcar adicionado, de gorduras e de sódio nos alimentos processados e ultraprocessados;
- Incentivar o consumo de alimentos saudáveis no

ambiente escolar, bem como a regulamentação da comercialização, da propaganda, da publicidade e da promoção comercial de alimentos e bebidas em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional;

- Fortalecer as políticas de comercialização e de abastecimento da agricultura familiar;
- Aperfeiçoar os marcos regulatórios para o processamento, a agroindustrialização e a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Conselhos promovem a valorização profissional em ações de norte a sul

CRN-1 (GO-DF-TO-MT) Debate ético



O CRN-1 elegeu em outubro a nova diretoria: Dra. Dulcylene Montalvão da Silva - presidente, Dra. Suzana Furtado-vice-presidente, Dra. Lorena Chaves- secretária, e Dra. Maria Cristina Guedes - tesoureira. Participou das pré-conferências

de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal e Estados da jurisdição, nas quais foram elaboradas propostas para a as Conferências Nacionais.

Esteve presente nas Instituições de Educação Superior ministrando palestras sobre ética com o objetivo de apresentar as ações do conselho e os casos éticos na prática do profissional, aos alunos dos diversos semestres da graduação em Nutrição. Participou da criação do Fórum Goiano dos Conselhos Profissionais que tem por objetivo promover debates e análises de questões comuns a estas entidades

CRN-2 (RS) Valorização dos nutricionistas



Honrando seu compromisso de defesa da sociedade, o CRN-2 tem atuado para evitar veiculações com declarações descabidas e preconceituosas contra os nutricionistas e, também, com dicas de leigos sobre dietas irresponsáveis, que induzem pessoas a comportamentos inadequados e prejudiciais à saúde.

Com o objetivo de valorizar o nutricionista e alertar a sociedade que não cabe a leigos emitir opiniões e orientações a partir de experiências próprias, o CRN-2 tem promovido diversas campanhas, entre essas, o “Fique Ligado”, com o objetivo de informar os profissionais sobre assuntos de interesse da categoria; a campanha de mídia no Caderno Vida, do jornal Zero Hora, com anúncios contendo recomendações de nutricionistas para uma vida mais saudável; e a mais recente ação “Orgulho de ser nutricionista”. Esta, alerta a sociedade que o nutricionista é legalmente habilitado a realizar prescrição dietética, assim como promover a educação e a assistência nutricional a coletividades e indivíduos.

CRN-3 (SP-MS) Fiscalização em foco



O CRN-3 continua atuando em prol do reconhecimento e valorização do Nutricionista e do técnico em Nutrição e Dietética (TND). Em outubro (23), realizou o Encontro com Coordenadores, Professores e Técnicos em Nutrição e Dietética, para discutir aspectos da formação acadêmica do TND. Destaca a participação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN) - órgão que interfere, sugere e controla as políticas públicas em segurança alimentar -, representado pela Dra. Vânia Luzia Cabrera. Em 2016, um de nossos focos será na fiscalização. Estão previstos projetos em hospitais (EMTN), escolas públicas e Institutos de Longa Permanência (ILPI), ao fim dos projetos eventos técnicos acontecem com a participação dos inscritos. Para mais informações sobre essas e outras ações do CRN-3, acesse www.crn3.org.br.

CADASTRE SEU E-MAIL NO SITE WWW.CFN.ORG.BR E RECEBA OS BOLETINS COM MAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CFN.



CRN-4 (RJ-ES) Mais fiscais

O CRN-4 ampliou seu quadro de fiscais, convocando os aprovados do último concurso, conquistando assim mais uma vitória para a categoria. Também deu continuidade ao **CRN-4 Itinerante**, que tem como proposta

chegar mais perto do profissional. O conselho organizou, em parceria com o Ministério Público (RJ), o Seminário **O Nutricionista em Instituições de Longa Permanência para Idosos: realidade e perspectivas para atuação**, com o objetivo de atender as demandas dos profissionais que atuam ou querem atuar nesse segmento, em plena expansão. Diante da tragédia de Mariana (MG), que atingiu o Estado do Espírito Santo, o CRN-4 lançou uma nota que, além de manifestar indignação e pesar, convoca os nutricionistas a denunciarem ao conselho as repercussões da tragédia sobre a vida da população e o sistema alimentar. Veja www.crn4.org.br



CRN-5 (BA-SE) Alimentação escolar na Bahia

O CRN-5 foi à Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) para uma audiência com o secretário Osvaldo Barreto Filho. Estiveram na reunião a presidente do CRN-5, Rita de Cassia Ferreira

Frumento, conselheiros do órgão e representantes da categoria, além do deputado estadual Fabrício Falcão (PCdoB), proponente da audiência. Na pauta, o cumprimento da Lei nº 11.947/09 e a Resolução FNDE nº 26/13 para a alimentação escolar. “Nossa preocupação é grande. Temos um déficit de 299 nutricionistas no setor e viemos reivindicar o cumprimento da lei, pois já ocorreram problemas graves no Brasil e a Bahia não está livre disso. Portanto, estamos fazendo o nosso papel para evitar que uma tragédia possa acontecer aqui na Bahia”, alertou a presidente do CRN-5, após a reunião.



CRN-6 (PE-AL-PB-RN-PI-MA-CE) Atualização em Nutrição

Em 2015, o CRN-6 realizou nos setes estados da jurisdição (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão) o **Seminário de Atualização em Nutrição**. O evento que reuniu mais de 800 nutricionistas, técnicos em Nutrição e Dietética e estudantes de

Nutrição teve como tema central a campanha **Nutrição e Sustentabilidade: Alimente essa ideia, o planeta agradece**. Nos encontros foram apresentadas palestras sobre Alimentos Funcionais x Nutracêuticos: uma prática sustentável? Conduta ética do nutricionista nas redes sociais e práticas sustentáveis em indústrias/UAN's. Realizado anualmente há 15 anos pelo conselho, os seminários para presidente Elenice Costa são uma ótima oportunidade dos profissionais e estudantes se atualizarem. “Realizamos os encontros com a proposta dos profissionais e estudantes estarem mais próximos do CRN-6, como também, compartilhamos experiências”, disse a presidente.

CRN-7 (AC-AP-AM-RO-RR-PA) Novo plenário



Eleito o novo plenário do CRN-7 para o triênio 2015/2018, a gestão atual realizou o seminário de transição de 12 a 17 de novembro de 2015, com a participação dos conselheiros, funcionários e assessorias do CRN-7.

O principal objetivo desse trabalho foi compartilhar informações sobre as atribuições e atividades da Diretoria, das Comissões Permanentes e Assessorias do CRN-7, bem como socializar com a nova gestão a rotina de trabalho dos funcionários junto aos setores de Habilitação, Cobrança, Fiscalização, Financeiro, Informática, Unidade Técnica, Unidade de Gerência Operacional e Secretaria Geral.

A cerimônia de posse foi realizada em 25 de novembro de 2015.



CRN-8 (PR)
Nutricionista na escola

O CRN-8 liderou a mobilização política no Paraná contra a revogação da Lei Estadual do Nutricionista na Escola (Lei nº 16.523/10), que foi mantida com apoio e votação unânime dos deputados. Segundo a presi-

dente do CRN-8, Maria Emília Daudt von der Heyde, o objetivo da mobilização foi garantir o direito humano à alimentação adequada e segura.

Outra ação de extrema importância foi a realização do CRN-8 Itinerante, em Londrina, nos dias 12 e 13 de novembro. Foram realizados atendimentos para pessoas físicas e jurídicas, além de palestras com temas relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Ética, Nutrição Esportiva e a Lei Estadual nº 17.604/13. Também foi realizada uma ação junto a representantes políticos da região, para debater assuntos relacionados à nutrição da população local.



CRN-9 (MG)
Promoção da saúde

No Dia Mundial da Alimentação, para promover a saúde com boa alimentação, o CRN-9, em parceria com as Faculdades de Nutrição UNA, UNIBH e PUCMinas, realizou na Estação Central do Metrô Belo Horizonte, atividades de orientação a população. Na ocasião foram distribuídas mudas de hortaliças, temperos verdes e informações sobre alimentação saudável. Na Cidade Administrativa (sede do Governo de Minas), o CFN e o CRN-9 foram parceiros do Consea-MG na Semana do Dia Mundial da Alimentação, que teve na programação o Seminário Avanços e Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, a Feira de Alimentos Agroecológicos e o Ciclo de Palestras sobre Alimentação Saudável. Em Uberlândia, a Delegacia do CRN-9, em parceria com a Prefeitura e órgãos municipais e regionais de SAN, ofereceu às pessoas produtos e serviços gratuitos para opções alimentares de qualidade. Na programação do Dia Mundial do Diabetes (15/11), o CRN-9, em parceria com a Sociedade Brasileira de Diabetes – Minas Gerais (SDB-MG), participou das atividades no Parque Municipal de BH, orientando a população sobre benefícios de uma alimentação saudável no controle da doença.



CRN-10 (SC)
Novos rumos

O novo plenário que assumiu o comando do CRN10, triênio 2015-2018, tomou posse no dia 05/10/2015. Para os próximos três anos, a atual gestão tem como eixos para suas ações: fomentar o reconhecimento do nutricionista na sociedade; buscar maior inserção do profissional, a partir de fiscalização de empresas ligadas à alimentação e nutrição; promover ações relevantes para saúde da população e sustentabilidade; defender e apoiar as ações de segurança alimentar e nutricional. No evento, estiveram presentes a Diretora da Vigilância Sanitária Estadual, o Presidente da Associação dos Conselhos Profissionais de SC, a Coordenadora do Curso de Nutrição da UNISUL e os representantes do Serviço Social da Indústria, da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Regional de Enfermagem.

Os textos da coluna CRN em Ação são de inteira responsabilidade dos Conselhos Regionais de Nutricionistas.

Atualize seus dados!

É muito importante que os nutricionistas e os técnicos em Nutrição e Dietética atualizem seus dados nos Conselhos Regionais de Nutricionistas. A atualização permite o recebimento de informações e o contato direto, sempre que for necessário. Participe! Faça já a atualização de dados como endereço, telefones e e-mail.

Prepare-se para o maior e mais importante evento de Nutrição da Ibero-américa!

De 26 a 29 de outubro de 2016
Centro de Eventos FIERGS
Porto Alegre - RS



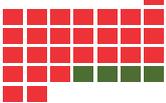
CONBRAN 2016

XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO
IV SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO ESPORTIVA
III SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO EM PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES
III SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE NUTRIÇÃO CLÍNICA

Conhecimentos e estratégias em Alimentação e Nutrição:
multiplicando experiências e definindo caminhos sustentáveis

PROGRAMAÇÃO

D S T Q Q S S



SUBTEMAS DA PROGRAMAÇÃO DISPONÍVEIS NO SITE!

ASSUNTOS EM DESTAQUE:

- A medicalização da saúde e da nutrição: reflexões
- Atuação profissional na era das redes sociais
- Coaching e consultorias em nutrição
- Inovação Tecnológica, Incubadoras e Empresa Junior: Relatos de Experiência.

Tchê
esperamos!



Submissão de trabalhos:

Inscriva seu trabalho
até 14/03/2016

Confira o edital no site!



Premiação:

Os sete melhores trabalhos* serão agraciados com Menção Honrosa, e prêmios em dinheiro para:

1º lugar: R\$ 3.000,00

2º lugar: R\$ 2.000,00

3º lugar: R\$ 1.000,00

*Melhor de cada área.

Preparamos para você
formas especiais de pagamento

Parcele sua inscrição
em até 6X*

*inscrições até 29/02/16



Ganhe até 35% de desconto! Seja sócio da Rede ASBRAN e Filiadas.

Para mais informações acesse
o site oficial do evento ou nossa página no Facebook:

www.conbran.com.br

Conbran no Facebook

Em caso de dúvidas, entre em contato!

recepcao@aconteceeventos.com.br

+55 51 3019 2444 | +55 51 3024 8404



Realização



Organização



Agência de Turismo

